



Quinta-feira (em R\$)



Últimas cotações (em R\$)

27/novembro	2,28
28/novembro	2,31
1/dezembro	2,31
2/dezembro	2,39
3/dezembro	2,47



	INFLAÇÃO	IPCA do IBGE (em %)
Junho/2008	0,74	
Julho/2008	0,53	
Agosto/2008	0,28	
Setembro/2008	0,26	
Outubro/2008	0,45	

BOLHA GLOBAL

Planalto e Fazenda indicam que Banco Central pode, numa ação inesperada, baixar a taxa de juros para conter esfriamento da economia. No atual balanço de votos, três diretores são a favor da redução

O efeito-surpresa

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

O Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda estão emitindo sinais cada vez mais fortes de que o Banco Central reduzirá a taxa básica de juros (Selic), mesmo que em 0,25 ponto percentual, já na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da próxima semana. O argumento é o de que o BC se antecipará aos fatos, tentando evitar o pior para a economia em 2009, como uma onda de desemprego. O possível corte dos juros está sendo descrito pelos assessores do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Guido Mantega, como o "efeito-surpresa", uma forma de reverter as expectativas negativas que travaram os investimentos produtivos e estão inibindo, de forma preocupante, o consumo.

Na visão dessa ala do governo, que inclui a ministra da Casa

Civil, Dilma Rousseff, a perspectiva é de que o BC repita o que fez em abril, quando contrariou todas as expectativas e elevou a Selic em 0,5 ponto, apesar de a maioria do mercado não identificar pressões inflacionárias que justificassem os juros saltarem de 11,25% para 11,75% ao ano. A decisão do Copom recebeu uma série de críticas. Mas acabou se mostrando acertada mais à frente, ante à disparada da inflação. O presidente do BC, Henrique Meirelles, inclusive, passou a usar esse fato como exemplo para reforçar que, ao longo do tempo, as decisões do banco se mostram "sempre acertadas".

Dentro do governo, o mínimo que se diz sobre a atual taxa de juros, de 13,75% ao ano, é que ela é injustificada para uma economia

em franca desaceleração e um mundo mergulhado na recessão e flertando com a deflação. Mas, no BC, os argumentos são de que há muitas incertezas pela frente. Nada mudou em relação à ata da reunião de outubro do Copom. Não se sabe até que ponto o ritmo de crescimento da atividade econômica vai se retrair com a crise nem qual será o tamanho do repasse para a inflação da alta do dólar, que ontem rompeu a barreira psicológica dos R\$ 2,50.

Na visão de Meirelles, depois da fase mais aguda da crise, no final de setembro e em outubro, a economia brasileira começa a dar importantes sinais de recuperação. No acumulado dos primeiros 16 dias de novembro, as concessões totais de crédito aumentaram 4,7% frente ao mesmo período do mês anterior. Na mesma comparação, os empréstimos às pessoas físicas avançaram 10,9% e os financiamentos a empresas, 1,7%. Também os adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), que financiam as exportações, se recuperaram. Saíram de uma média diária de US\$ 78 milhões, na primeira semana de outubro para um a

média de US\$ 235 milhões, nos últimos cinco dias de novembro.

Copom dividido

Apesar desses números positivos, o presidente do BC ressalta que a desaceleração da economia em 2009 será inevitável, dada a gravidade da crise financeira internacional. "O FMI (Fundo Monetário Internacional) projeta crescimento de 3% para o Brasil. Mas nós achamos que será um pouco mais", disse. "Não será como em 2007 e em 2008, quando o crescimento ficou acima de 5%, pois estamos pagando o preço da crise", emendou. Meirelles destacou ainda que o governo está trabalhando sério e tomando as medidas necessárias para evitar o pior. "E vamos continuar fazendo o que for preciso. Há razões para confiar", avisou.

Esse otimismo se confronta, porém, com a visão de analistas atentos de dentro do governo, para os quais a situação do presidente do BC se complicou bastante junto ao presidente Lula. Com a ameaça de um movimento de demissões em massa tomar conta do país, a política monetária passou a dizer respeito diretamente a Lula. Acalhou aquela coisa de menino de recado,

de criticar o BC por meio do vice-presidente, José Alencar, ou de outro integrante do governo. A paralisação da economia provocada pela crise mexeu no que é mais sagrado para o presidente, o emprego e a renda. Lula sabe que desemprego em alta e contenção dos salários podem transformar em pó o desejo de fazer seu sucessor em 2010.

Para o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal, mesmo que o BC não mexa na Selic na próxima semana, uma indicação importante deverá ser dada pela instituição: a divisão de votos dos integrantes do Copom. Ele acredita que pelo menos três diretores devem votar pelo corte de juros, indicando que, na reunião de janeiro de 2009, a Selic efetivamente começará a cair.



HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BC, RECONHECE GRAVIDADE DO MOMENTO E DIZ QUE TOMARÁ MEDIDAS NECESSÁRIAS